

Captação e Difusão de Notícias  
Comunidade Ativa  
Defesa Jurídica da União  
Divulgação dos Atos Oficiais  
Gestão da Política de Comunicação de Governo  
Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Federal  
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano  
Gestão Urbana e Metropolitana  
Inteligência Nacional  
Morar Melhor  
Nacional Antidrogas  
Proteção da Amazônia

---

**Presidência  
da República**

## Captação e Difusão de Notícias

A Radiobrás, empresa pública vinculada à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, tem como principal objetivo servir como canal de interlocução dos órgãos do Governo Federal com a sociedade brasileira. A Radiobrás e a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto desenvolvem as suas ações do Programa Captação e Divulgação de Notícias que tem como objetivo "divulgar material jornalístico sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico, educativo, cultural, científico, entretenimento e de utilidade pública".

O Programa obteve no período 2000-2002 o expressivo resultado de 2.373.605 matérias jornalísticas distribuídas. O contrato de gestão da Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto vem sendo cumprido a contento.

### Resultados

A TV a cabo NBR, também com sinal aberto via satélite, tem sua programação transmitida pela rede Net em quinze cidades, de 85% de sua rede de assinantes. Os três principais noticiários - NBR Manhã, Jornal da NBR e NBR Noite, são transmitidos ao vivo por outras 150 emissoras de TV, com sinal captado no sistema aberto.

Na área de rádio, destaque-se a revitalização do Parque de Transmissores do Rodeador, feita em parceria com o Senado Federal, que assegurou as transmissões da Rádio Nacional da Amazônia sem interrupções, permitindo a revitalização das transmissões e da programação noturna da Rádio Nacional de Brasília, para todo o território nacional e diurno da Rádio Nacional da Amazônia.

A cada ano, os produtos e serviços da Radiobrás são aperfeiçoados e a empresa consolida-se como "a fonte da melhor informação", com qualidade, confiabilidade, credibilidade e isenção, respeitada e reconhecida por várias outras organizações de comunicação do Brasil, como O Globo, UOL, Jornal do Brasil, Estadão, Correio Braziliense, entre outros, e também do exterior, como o *The New York Times*, *The Ecotimes*, *Europress*, *CNN*, *Diário Medico*, *The Brazilian Times*, entre outros organismos.

O indicador de resultado do Programa é a quantidade de matérias jornalísticas distribuídas por ano e conforme os resultados apresentados até o momento, a expectativa de alcançar o índice estabelecido para o final do PPA é alta e a política de gestão implementada pela Radiobrás está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República - Secom/PR, voltadas para resultados e visando levar a notícia ao maior número possível de "clientes cidadãos", no Brasil e no exterior.

Considerando-se o alto volume de consultas, visitas e utilização por inúmeros outros veículos de comunicação das matérias jornalísticas produzidas, o impacto dos serviços prestados à sociedade pode ser avaliado como positivo.

Estima-se que, pelos resultados, tem-se atingido e até superado as metas estabelecidas, com benefício para o "cliente cidadão", de todos os níveis, já que os produtos são disponibilizados em veículos que contemplam todas as camadas sociais nos mais variados formatos, como rádios locais e de longo alcance, TV aberta e a cabo, fotografias, agência de notícias na internet no País e no exterior.

**Gerente:**

**Carlos de Cerqueira Leite Zarur**

Releva-se que o poder de abrangência da Radiobrás é ainda mais amplo por que a Empresa, além de utilizar seu próprio complexo de comunicação, adota também o princípio da interação da notícia e da informação, que consiste em distribuir/repassar, gratuitamente, todo o material jornalístico disponível a qualquer veículo de comunicação do país e do exterior.

A Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto expandiu a sua produção de programas, a nova TVE, Rede Brasil privilegiou também a dinamização da Rede Pública de Televisão - RPTV, oferecendo sua programação para outras emissoras públicas brasileiras. Assim, os programas Observatório da Imprensa, Sem Censura, Conexão Roberto D'Ávila e A Turma do Pererê passaram a fazer parte da grade de programação da Rede Pública de Televisão - RPTV. A TV Cultura do Amazonas transmite o telejornal Edição Nacional; a TV Ceará transmite o programa Direito em Debate; a TV Educativa da Bahia, o Canal Paraná e a TV Aperipê, de Sergipe, transmitem o programa Expedições; a TV Universitária do Rio Grande do Norte transmite os programas Stadium e Rede Rio; a Rede Minas de Televisão transmite os programas Jornal Visual, Gema Brasil e A Vida é um Show; e a TV Cultura de Santa Catarina transmite os programas Gema Brasil, Pensando em Você, @titude.com e Plugado.

Durante o período foram desenvolvidos diversos trabalhos para clientes e parceiros públicos e privados, podendo-se citar os seguintes trabalhos desenvolvidos para os órgãos governamentais:

- Com o Ministério da Educação, a TV Escola, cujo canal próprio a TVE/RJ operacionaliza e transmite diariamente sua programação, exclusiva, para todo território nacional, atingindo aproximadamente 56 mil escolas públicas, beneficiando um milhão de professores e trinta milhões de alunos.
- Ainda para o Ministério da Educação, a TVE-Rede Brasil produziu e veiculou o programa Salto para o Futuro, um programa ao vivo de educação a distância, cujo objetivo principal é a formação continuada e o aperfeiçoamento de docentes que trabalham em educação, bem como de alunos do magistério. Esse programa também é veiculado com interatividade em todo o território nacional, alcançando cerca de um milhão de professores.
- Com o Ministério do Trabalho e Emprego, para produção e exibição da série TV Qualificar, na busca constante do aprimoramento profissional do trabalhador brasileiro.
- Com a Fundacentro, órgão subordinado ao Ministério do Trabalho e Emprego, a TVE produziu vídeos educacionais voltados para a área de segurança, medicina e saúde do cidadão no trabalho.
- Com o Ministério da Justiça, por intermédio do Denatran, foram produzidos programas educacionais direcionados para educação no trânsito.
- Com o Ministério da Previdência e Assistência Social, da Secretaria de Estado da Assistência Social, para a produção e exibição de dois vídeos institucionais, um sobre a Política Nacional de Assistência Social e outro sobre o Projeto Alvorada, para a capacitação de gestores municipais. E também produziu programas de televisão na modalidade de Ensino a Distância para a capacitação de recursos humanos na área de assistência social.
- Com o Ministério da Saúde, através da FIOCRUZ, para a produção e exibição da série Canal Saúde.

- Com o Ministério da Agricultura, na criação, produção e veiculação do projeto Como é Verde o Meu Vale - Petrolina, a Nova Realidade Brasileira e na veiculação do programa Brasil Rural - A Revolução da Terra.

A Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto - Acerp exibiu programas jornalísticos desenvolvidos para televisão e rádio, unindo informação responsável e de qualidade, com a função didática de formar cidadãos mais conscientes e livres. Os programas jornalísticos tiveram sempre a participação de comentaristas especializados, que agregaram valor à informação do jornalismo tradicional, dando-lhe um caráter interpretativo e proporcionando um maior entendimento do que aconteceu em todo o mundo.

.....

O Programa tem origem na necessidade de levar a informação à sociedade brasileira, residente no País e no exterior, cumprindo assim os preceitos da Constituição Federal.

## Concepção

A Radiobrás é importante meio de comunicação, indispensável aos brasileiros residentes em áreas de fronteira, pantanal, florestas e em regiões sem recursos e de pouco interesse comercial. Atua como agente estratégico, integrador dos valores culturais e soberanos da República, como a difusão do idioma oficial do País; educadora e como instrumento de inclusão social por meio de transmissões com alcance nacional e internacional.

Destacam-se ainda trabalhos de inclusão social e desenvolvimento da cidadania, nos quais a Radiobrás não apenas divulga matérias jornalísticas, mas também interage diretamente com o "cliente cidadão".

A Radiobrás solicitou a inclusão das ações Digitalização da Televisão do Governo Federal e Construção do Edifício Sede da Radiobrás no Projeto de Lei Orçamentária para 2003, não sendo contemplada pela não disponibilidade de recursos. As ações são consideradas estratégicas para a otimização dos recursos operacionais e melhoria dos serviços e produtos. Uma vez que o tema "digitalização" vem sendo discutido em todo o mundo e o Brasil está prestes a estabelecer seu padrão de digitalização, torna-se imperativo o tratamento adequado ao tema dentro do Programa.

.....

No período de 2000-2002, houve a exaustão de equipamentos, como ocorreu com a estratégica Rádio Nacional da Amazônia. Diante dessas adversidades, a Empresa adotou medidas de contenção de despesas e uma política agressiva no sentido de firmar parcerias com outros órgãos, como foi o caso de convênios firmados com TSE, Secom, Senado Federal e outros.

## Implementação

A Radiobrás, a partir de 1998, estabeleceu uma política de capacitação de recursos humanos, sobretudo na área finalística. Outro dado importante foi a realização de concurso público para provimento de vagas no quadro de pessoal da empresa, deficitário há anos e com elevada idade (média de 48 anos).

A Radiobrás firmou parceria com a Rádio Senado com o objetivo de revitalizar o Parque de Transmissores de Alta Potência do Rodeador. Em contrapartida disponibilizou os equipamentos e o sinal, possibilitando retransmissões para as regiões Norte e Nordeste.

Como mecanismos de participação da sociedade, a Empresa disponibiliza o Serviço de Discagem Direta Gratuita 0800, correios, caixas postais, internet por meio do "Fale Conosco", no Portal da Cidadania, telefones diretos nos estúdios

de rádio/TV e recepção dos ouvintes nos estúdios de rádio, vendo ao vivo o trabalho dos locutores e operadores.

A maior avaliação do cidadão quanto à sua satisfação com relação aos serviços e produtos desenvolvidos pela Radiobrás está demonstrada no crescente número de órgãos públicos e entidades privadas que utilizam parcialmente ou em sua totalidade as matérias jornalísticas disponibilizadas no Portal da Cidadania, na internet na Rede Nacional de Rádio.

Alguns órgãos públicos e empresas privadas já mantêm link direto com a página da Radiobrás na internet.

Também, como elemento de avaliação de audiência, é importante registrar o grande volume de correspondências recebidas, principalmente pelos ouvintes do segmento rádio.

A Empresa além do serviço 0800 dispõe de uma Ouvidoria e do Fale Conosco, para mensurar o grau de satisfação do cliente/cidadão.

## Divulgação dos Atos Oficiais

A Imprensa Nacional tem como missão institucional dar publicidade aos Atos Oficiais do Governo Federal. Esta missão vem sendo cumprida por meio do Programa **Divulgação dos Atos Oficiais**.

No período 2000-2002 o Programa obteve os seguintes resultados:

### Resultados

- divulgações eletrônicas e distribuições de publicações oficiais (21.688.715);
- edições e produções de publicações oficiais (28.487.369).

A criação e disponibilização do Jornal do Governo na internet propiciou um aumento significativo na quantidade de acessos provenientes de diversos países.

O esforço empreendido na automação do processo de recepção e editoração dos jornais oficiais, com a melhoria da infra-estrutura tecnológica (*hardware, software, comunicação e segurança*), permitiu colocar à disposição dos clientes novos produtos e funcionalidades, melhorando a estabilidade dos sistemas com segurança e confiabilidade nas trocas de informações.

Quanto ao público-alvo podemos dizer que é formado de 50% de órgãos públicos; 28% por empresas privadas e 22% por pessoas físicas.

Apesar do desempenho satisfatório, os índices dos indicadores estabelecidos continuam sendo perseguidos, porém com uma perspectiva de alcance muito baixa.

O Programa foi concebido com o intuito de garantir a publicidade de atos oficiais, atuando nos problemas detectados na cadeia causal de distribuição e produção dos Diários Oficiais, por meio de ações coordenadas, garantindo a melhoria da eficácia na divulgação dos atos oficiais, bem como no processo produtivo.

### Concepção

Outras medidas contribuíram para o desempenho do Programa, tais como: mudança dos Jornais Eletrônicos para o Anexo IV do Palácio do Planalto, com nova estrutura e novos equipamentos e reestruturação da Imprensa Nacional.

Com a transferência da Imprensa Nacional para Casa Civil/PR, foram tomadas algumas medidas visando a adequação do órgão ao plano de reestruturação e melhoria da gestão da Presidência da República. Foi identificada a necessidade de proceder modificações para racionalizar a aplicação dos recursos humanos, visando maximizar a produtividade da força de trabalho, adequando à nova concepção do órgão, o que culminou com a redistribuição de servidores.

Apesar das restrições do decreto de contingenciamento financeiro, a execução financeira do Programa não foi prejudicada. Cabe ressaltar que, mesmo com a extinção dos serviços gráficos, houve um acréscimo real no faturamento, em torno de 6% comparando-se com o mesmo período do ano de 2001.

### Implementação

Visando propiciar melhoria na qualidade da equipe, foram treinados 388 servidores e foi criada a agenda do servidor para coletar sugestões, com o intuito de melhorar o desempenho organizacional.

Embora não exista mecanismo permanente de participação da sociedade, o Programa avalia a satisfação de seus usuários por meio dos canais alternativos a críticas e sugestões: "Ouvidoria", central 0800, internet e outros. Os resultados apresentados mostram claramente o crescimento expressivo na participação da sociedade, com suas sugestões e críticas, colocando a Imprensa Nacional como um órgão de credibilidade e apreço pelo público em geral.

**Gerente:**

**Alberto Guimarães Batista da Silva**

## Comunidade Ativa

O Programa **Comunidade Ativa** estimula as comunidades dos municípios mais pobres do País a se organizarem para combater a pobreza a partir do seu próprio talento e capacidade mobilizadora. No período de 2000-2002, cerca de 11,6 milhões de brasileiros foram engajados nesse Programa, em 708 localidades, sendo setecentos municípios e oito Reservas Extrativistas.

O **Comunidade Ativa** é uma forma inteligente e planejada de promover o desenvolvimento, possibilitando o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas. É um programa que descobre valores humanos, desperta a vocação local e desenvolve potencialidades específicas.

### Resultados

O indicador de resultado adotado pelo Programa é a Taxa de Implantação de Agendas Locais e sua forma de cálculo é a Relação percentual entre o número de agendas negociadas e implantadas em relação ao número de municípios-alvo do Programa. O índice atual é de 39%, em 2002 a conjuntura política e econômica impossibilitou a negociação das demandas locais constantes das Agendas de Negociação.

Analisando a estimativa de alcance do índice previsto para o indicador até o final do Plano, conclui-se que, apesar de o indicador não expressar o processo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS, é provável a superação da meta prevista até 2003, em termos de implantação do Desenvolvimento Local. No entanto, se a questão for medir resultados, não existe ainda um indicador ou um conjunto de indicadores que consiga expressar o impacto das ações do Programa nos municípios-alvo.

Todavia, deve-se esclarecer que este indicador nada revela sobre a riqueza e complexidade do processo de desenvolvimento local integrado e sustentável, cujo componente principal é o fortalecimento do capital social para protagonizar o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS, por intermédio dos Fóruns de Desenvolvimento Local.

Neste sentido, encontra-se em fase de estudos a formulação de um indicador sintético de DLIS que leve em conta um conjunto de variáveis dinamicamente integradas, que possam revelar a mudança de patamar e da qualidade do desenvolvimento local. O mencionado estudo implica testes de campo para verificar a pertinência e suficiência do indicador e o tempo necessário para captar as mudanças na realidade local.

Quanto aos principais resultados no período 2000-2002, estes podem ser expressos na implantação do processo de DLIS em 708 municípios brasileiros no período de três anos, para uma meta de 1.000 municípios até o final de 2003, e, sobretudo na rede de parcerias construídas com outros programas do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, com empresas privadas, organizações não-governamentais e organismos internacionais. O processo de DLIS representa a criação de uma nova instância de protagonismo social por intermédio das lideranças organizadas em Fóruns de Desenvolvimento Local. Isso tem operado como uma mudança na cultura das comunidades locais que agora passam a se sentir capazes de conduzir o seu próprio destino.

Gerente:

Adroaldo Quintela Santos

Considerando que os municípios mais pobres do País, possuem população inferior a 20 mil habitantes, considera-se que é extremamente difícil romper os obstáculos

ao desenvolvimento econômico e social considerando estas unidades territoriais de forma isolada. Portanto, a Secretaria Executiva do Comunidade Ativa, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM está realizando um mapeamento de potenciais Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, visando estimular a integração de esforços para promoção do desenvolvimento microrregional, assentado na metodologia de DLIS. Este estudo, dentre outros que estão sendo contratados, propiciará a fundamentação teórica para a implementação de nova ação incorporada ao **Comunidade Ativa** no PPA e no orçamento de 2003.

A conjuntura econômica e político-eleitoral impediu a negociação das Agendas Locais. No entanto, não afetou a execução das ações, principalmente no exercício de 2002. A única exceção fica por conta da ação Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores no Estado do Acre, incorporada ao **Comunidade Ativa** por Emenda Parlamentar, em que só foi possível destinar 30% das disponibilidades orçamentárias.

Entre vários casos de sucesso do Programa, podemos citar os seguintes:

- senhoras bordadeiras de Cajueiro-AL: descobriram que suas colchas de retalho podiam ser, além de passatempo, um produto vendido em várias cidades brasileiras;
- mães desempregadas de Campo Redondo-RN: exportam suas embalagens de filó para o Canadá; e
- moradores do Riacho Fundo-DF: fazem arte e ganham dinheiro com a reciclagem de lixo.

Quanto aos impactos negativos ou positivos sobre o público-alvo, o grau de interação das Coordenações Executivas Estaduais, Sebrae estaduais, poder local influência na qualidade de trabalho, pois, nos lugares onde esses atores não assimilaram a diferença do **Comunidade Ativa** com outros programas tradicionais, não conseguem ter visão crítica quanto ao trabalho do capacitador e as relações com o Fórum são baseadas em velhas práticas paternalistas e utilitárias.

Por ser esta cultura muito nova e muitos governantes se sentirem ameaçados com a possibilidade dos fóruns realizarem fiscalização das ações públicas, o apoio das esferas governamentais em muitos lugares não se caracterizou, dificultando o controle social pleno. Como o Programa garantia redução de contrapartida aos municípios, muitos queriam participar, mas apenas aparentemente, e no decorrer do processo passaram a dificultar o amadurecimento dos fóruns.

É importante ressaltar a falta de participação das Câmaras Municipais. Na maioria dos municípios, os vereadores não participavam e aqueles que estavam nos fóruns muitas vezes não representavam a instituição, estavam ali como cidadãos representantes da comunidade. Ousamos dizer que essa ausência deve-se, também, à perspectiva nova que se abre com os espaços de democracia participativa, as pessoas conseguem valorizar o seu voto e passam a recusar as antigas formas paternalistas de fazer política. Alguns vereadores disseram se sentir ameaçados, achando que o Fórum estaria tomando o seu lugar, pois não conseguem separar a representatividade da democracia direta, participativa.

Outra questão relevante que precisa ser debatida é a organização social dos municípios. É visível que em locais onde há maior organização social (o que não pode ser medido por número de associações, sindicatos, conselhos etc., pois muitas destas instituições são meros aparelhos, formadas apenas para receberem

verbas governamentais), a apreensão da metodologia se dá com rapidez e, muitas vezes, num curto espaço de tempo, percebe-se mudanças de comportamento. Diferentemente desta situação, os locais com pouca ou nenhuma organização, dificilmente, com uma capacitação de quatro meses, apreenderão os conteúdos de DLIS e conseguirão consolidar fóruns autônomos após a saída do capacitador.

Ao longo da avaliação, percebe-se que grande parte das instituições capacitadoras se formou apenas para participar do Programa **Comunidade Ativa**. Com isso, verifica-se, com certa frequência, que a implantação do DLIS nos municípios se dá de forma individualizada, não existindo apoio institucional. A situação oposta, mais rara de se encontrar, aponta que o trabalho compartilhado é mais eficiente e eficaz. A troca de experiências e o trabalho em grupo potencializam a metodologia proposta, além de contribuir para a solução de possíveis conflitos que muitas vezes exigem a interferência de uma terceira pessoa.

Há instituições capacitadoras que realizam o trabalho de forma burocrática, ou seja, aplicam a metodologia da mesma maneira, independente da energia e do ritmo da comunidade. Não diferenciam um município com alto grau de organização social de outro sem organização alguma, optando por trabalhar da mesma forma, independentemente das diferenças. Conforme dito anteriormente, quando a localidade possui organização, as próprias lideranças conseguem suprir as carências da capacitação, quando não, os fóruns não conseguem autonomia e ficam à mercê do poder local ou fadados à desarticulação. Já aquelas que trabalham como instituições e que possuem experiência com trabalhos comunitários promovem um movimento reflexivo nas localidades. Durante o levantamento dos dados para o diagnóstico participativo detectam problemas e vão ao cerne das questões, buscando as verdadeiras causas das dificuldades, o que facilita a potencialização das vocações. Além disso, a energia deixada no local facilita novas posturas, mais ativas e com sentido de responsabilidade compartilhada.

É possível listar vários fóruns que fizeram suas agendas locais antes mesmo de elaborarem o Plano de Desenvolvimento, por sentirem necessidade de materializar a energia que estava fluindo a partir da formação do grupo. Atitude que não impediu que continuassem implantando a metodologia DLIS, até mesmo de forma mais conseqüente. A promoção de redes de discussão, tanto virtuais como presenciais, entre capacitadores, facilitaria a troca de experiências e a demonstração de casos de sucesso, animando o trabalho nos lugares com energia mais baixa.

Outra facilidade que as redes poderiam proporcionar seria a discussão sobre a forma de abordagem. Discutir a possibilidade de avaliação dos municípios quanto à organização, ao capital humano e social e os seus desdobramentos, como auto-estima e percepção de participação. Discutir ainda a importância de focar sempre nas potencialidades e não nas fragilidades. E, principalmente, discutir o conceito de emancipação, para com isso percebermos se o capacitador atua como facilitador do processo ou condutor.

---

## Concepção

O problema ou a demanda da sociedade que deu origem ao Programa é a promoção do desenvolvimento social por meio da indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável, articulando ações de governo e celebrando parcerias com a sociedade civil. O Programa ainda não atende a três questões essenciais: (1) como implementar o processo de desenvolvimento local em municípios com população superior a 50 mil habitantes e em espaços metropolitanos? (2) como superar as barreiras ao desenvolvimento econômico e social em municípios pequenos? (3) como comprometer os ministérios e outras instâncias governamentais com o processo de DLIS?

Aspecto do Programa que precisa ser melhorado.

- Pertinência das ações. A ação Capacitação de Gestores Locais nos Municípios-Alvo não atende aos objetivos do Programa. Deveria ser substituída por uma ação denominada Implantação e Implementação do Processo de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável nos Municípios-Alvo.

Aspectos em que a estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada.

Plano de avaliação

O processo de avaliação do Programa precisa ser sistematizado, logo após a construção do indicador sintético de DLIS.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência

É necessário formar uma equipe de gerência do Programa com dois técnicos permanentes para assessorar o gerente.

Forma de articulação com as parcerias

Forma de articulação com outros ministérios. Do ponto de vista estritamente técnico, a articulação com outros ministérios é adequada. Existe uma área técnica - Diretoria de Gestão da Agenda - para cuidar da articulação interministerial, que é fundamental para o atendimento das demandas locais relacionadas ao processo de DLIS. No entanto, a Secretaria-Executiva não dispõe de capital político suficiente para contar com o apoio efetivo dos ministérios aos propósitos e necessidades dos municípios-alvo do **Comunidade Ativa**.

Mecanismos de controle social

Os Fóruns de DLIS representam um potencial enorme para o controle social, desde que bem orientados e capacitados. A Cartilha Orçamento Público e Desenvolvimento Local será um instrumento importante neste tema.

Aspectos da estratégia de implementação que contribuíram para a obtenção dos principais resultados.

- A criação de Coordenações Executivas Estaduais, para supervisionar a implantação do Programa nos municípios-alvo.
- O entendimento de que a capacitação é o insumo fundamental para o sucesso do DLIS, resultando na criação da Agência de Educação para o Desenvolvimento, visando capacitar capacitadores em temas e habilidades relacionados ao desenvolvimento local.
- As parcerias com outros programas, com outras instâncias governamentais, empresas privadas, organismos internacionais, organizações não-governamentais e empresas privadas. Como a parceria é fundamental para o sucesso do DLIS, foi criada uma área técnica exclusivamente para prospectar e efetivar parcerias.
- Implantação do sistema de monitoramento, denominado Informativa - Informações Gerenciais do **Comunidade Ativa**, para acompanhar os passos da execução do Programa nos municípios-alvo.

## Implementação

O padrão de financiamento fiscal afetou o desempenho do Programa em 2001. Por isso, foi necessário estender o prazo do cumprimento das metas para o exercício fiscal de 2003. As restrições foram superadas em 2002, quando o **Comunidade Ativa** foi considerado programa estratégico, com fluxo de recursos assegurados. Visando enfrentar os problemas de gestão orçamentária e financeira e aumentar a capacidade de negociação dos recursos fiscais, a Secretaria-Executiva criou o cargo de Assessor de Planejamento - ocupado pelo Gerente do Programa - com competência legal, técnica e política para cuidar do ciclo de alocação dos recursos.

Desempenho do Programa quanto à multissetorialidade

Considerando os conceitos do PPA desde o exercício de 2002, o **Comunidade Ativa** não é um programa multissetorial.

Evolução do esforço de capacitação

A capacitação da equipe gerencial não é uma prioridade da Secretaria, portanto, muitos processos de trabalho foram prejudicados por falta de conhecimento teórico aplicado. As áreas mais afetadas foram as de negociação das agendas, formação de parcerias e de formulação, gestão e execução de contratos e convênios.

Desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas

Devido ao apoio político e institucional insuficiente, as parcerias internas ao Governo Federal atuaram de forma assimétrica no atendimento das demandas identificadas na comunidade, durante a implantação metodológica do **Comunidade Ativa**.

Principais parceiros:

- parceria com o Programa **Governo Eletrônico** do Ministério do Planejamento: possibilitou a criação do projeto Comunidade Brasil em 2002, voltado a combater a desigualdade digital, mediante a implantação de telecentros comunitários, gerenciados participativamente pelos Fóruns de DLIS.
- parceria com o Programa Paz nas Escolas, do Ministério da Justiça: possibilitou a criação do projeto Banco da Paz, no segundo semestre de 2002, em oito municípios do Entorno do Distrito Federal. Esta ação é inédita no País e, talvez, no mundo.

Uma parceria importante seria com instituições financeiras de segunda linha, visando oferecer microcrédito para atendimento das demandas oriundas do protagonismo econômico local, geradores de ocupação e renda.

Mecanismo permanente de participação da sociedade. Desenvolve-se uma estratégia que se assenta na participação das lideranças locais para protagonizar o processo de desenvolvimento local, mediante a organização e funcionamento de Fóruns de DLIS.

O Programa não avalia a satisfação do usuário, uma vez que este tipo de pesquisa não se aplica ao **Comunidade Ativa**, porque as suas ações não visam a prestação de serviços. Pelas características metodológicas do Programa, o custo da pesquisa seria maior do que os benefícios resultantes para eventual aperfeiçoamento das ações.

## Defesa Jurídica da União

A Advocacia Geral da União, o mais elevado órgão de assessoramento jurídico do Poder Executivo, tem como missão assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas mediadas e diretrizes, além de assisti-lo no controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública Federal, sugerir-lhe medidas de caráter jurídico, reclamadas pelo interesse público e apresentar-lhe as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, quando impugnado ato ou omissão presidencial, dentre outras atribuições fixadas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. No período 2000-2002, a AGU vem executando as suas ações que integram o Programa **Defesa Jurídica da União**, que têm como objetivo representar a União, judicial e extrajudicialmente, e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

.....

A gestão por programa contribuiu efetivamente para uma atuação marcante da Advocacia Geral da União, revertendo expectativas de condenação, ou atenuando sensivelmente os valores postulados pelas partes contrárias. A evolução anual destes números demonstra a efetiva contribuição dos gastos no Programa **Defesa Jurídica da União** para o adequado enfrentamento destes problemas, levando-nos a concluir pelo pleno alcance do indicador desejável, mesmo diante das graves contenções orçamentárias do exercício de 2002.

### Resultados

Dentre as ações do Programa, destaca-se a implantação do Sistema de Informações Jurídicas - Sicaui, que entra em sua fase final de conclusão em 2003. O Sicaui compreende o conjunto de dados de ações judiciais de interesse da AGU, nas quais estão envolvidas a União e/ou órgãos da administração direta e indireta, autarquias e fundações, e possibilitará consultas das ações em que a União é parte interessada como autora, assistente, oponente ou ré. Sua execução no exercício de 2002 foi de 15,66%, superando a previsão de 12% em 30,5%.

Houve aumento significativo da ação Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo, principalmente pela criação dos Núcleos de Assessoramento Jurídico - NAJ, unidade organizacional da Consultoria Geral da União, em Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Goiânia e Salvador. Foram elaborados 8.288 documentos, sendo 1.175 realizados no âmbito da Secretaria Geral de Consultoria e 7.113 no âmbito da Consultoria Geral da União.

Verificou-se um acréscimo nas atividades da ação Correições nos Órgãos Jurídicos da AGU e vinculados: 85 correições realizadas em 2000 para 97 em 2001 e 158 em 2002, superando a meta prevista de 155 documentos.

A ação Representação Judicial e Extrajudicial da União, embora não tenha atingido o previsto, teve relevante atuação, destacando-se:

- a criação da Coordenação de Recomposição do Patrimônio da União, que agilizou a cobrança de créditos a favor dos cofres públicos e a centralização da execução de sentenças do Tribunal de Contas da União. O desenvolvimento dos núcleos dos juizados federais, com a finalidade de acompanhar ações de valor inferior a sessenta salários mínimos, com o fim precípua de agilizar os processos judiciais.

Gerente:

Rosângela Silveira de Oliveira

- a implementação dos núcleos de acompanhamento de ações relevantes, responsáveis pelo acompanhamento de ações de valor significativo e objetos de repercussão nacional, padronizando a defesa dos interesses da União.
- a disseminação das atividades de cálculos e perícias em todas as unidades da instituição, alocando os recursos possíveis para a execução desses trabalhos, esforço esse retribuído pelos resultados alcançados, que confirmam o acerto das medidas adotadas. No ano de 2002, atuando em 38.032 processos (União Ré em 27.198 e Autora em 10.834), o Departamento de Cálculos e Perícias impugnou, em execução contra a União, cerca de R\$ 4.607.598.071,82.

Existe uma alta expectativa de se alcançar os índices previstos para os indicadores ao final do Plano. A fim de atingir resultados mais expressivos quanto à performance da AGU, no segmento jurídico-contencioso, foram implementadas medidas destinadas ao aumento da eficiência, eficácia e economicidade, dentre as quais destacam-se: implementação do Plano de Reforma Institucional da AGU, iniciado em março de 2001 em parceria com o Ministério do Planejamento; celebração de convênio de cooperação técnica entre a AGU e o BNDES, voltado para a capacitação de recursos humanos, de estudos e pesquisas jurídicas, bem como aperfeiçoamento na área de informática; implementação e gerenciamento de convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a AGU para acesso às bases de dados daquele órgão, como fonte de subsídio para a instrução de processos judiciais.

Em relação à formação do quadro próprio de servidores da AGU, o ano de 2000 foi marcado pelo fortalecimento e consolidação da carreira da instituição com a incorporação de 354 novos Advogados da União, aprovados em concurso público, a unificação da carreira de Procurador Federal e a instituição de programa permanente de capacitação dos servidores. Foi criada, na Procuradoria Geral da União, por meio da MP nº 2.012, a Coordenação de Ações de Recomposição do Patrimônio da União, com a missão de recuperar perdas patrimoniais sofridas pela União, à qual incumbe também a execução de títulos judiciais e extrajudiciais, inclusive os títulos expedidos pelo Tribunal de Contas da União. No que se refere aos cálculos e perícias judiciais, foi criada, pela mesma MP, a Coordenação de Cálculos Periciais, órgão auxiliar da Procuradoria Geral da União, com a finalidade de executar, conferir e coordenar os cálculos e perícias judiciais referentes aos feitos de interesse da União e de suas autarquias e fundações.

Tendo em vista a criação, em julho de 2002, da Procuradoria Geral Federal - PGF, Lei nº 10.480, e o contingenciamento orçamentário/financeiro no qual a AGU foi incluída pela primeira vez em 2002, diversas necessidades foram reprimidas e/ou postergadas para o próximo exercício, considerando que efetivamente não foi previsto no orçamento de 2002 recursos para fazer frente às despesas essenciais da PGF em 2002. Deverão, obrigatoriamente, ser usados recursos que estão alocados no Projeto de Lei Orçamentária para 2003.

Acrescente-se que a estrutura da AGU tem sofrido constantes ampliações e o seu quadro de pessoal, que era de 3.218 servidores em janeiro de 2002, teve um acréscimo de 169 servidores neste ano, passando a 3.387. Para o exercício de 2003, existe a previsão de acréscimo de 8.900 servidores, entre Procuradores Federais e Advogados da União, lotados em outros órgãos. Este aumento, por si só, demonstra a necessidade de ampliação de todas as despesas correntes no próximo exercício.

Com uma movimentação de mais de 500 mil processos por ano, a AGU tem poupado aos cofres da União valores de grande monta, que alcançam anualmente cifras superiores a R\$ 3 bilhões, e que só tendem a aumentar com o crescimento e modernização das estruturas componentes da AGU.

.....

A necessidade de resposta do Governo Federal à sociedade em questões relativas às diversas pendências judiciais, que envolvam a União como autora ou ré, dentro da representação judicial e extrajudicial, tanto no País como no exterior, assessoramento jurídico e correições, visando verificar a regularidade e eficácia dos serviços, bem como o desenvolvimento e a implementação de mecanismos voltados para o gerenciamento de informações jurídicas de forma eficiente e eficaz, por meio de um sistema de controle das ações da União, são de suma relevância para a missão institucional da Advocacia Geral da União, que conta com a recente criação da Procuradoria Geral Federal, no que diz respeito às ações judiciais da administração indireta, autarquias e fundações públicas, especializadas e não especializadas, como de referencial de importância na determinação dos resultados de desempenho global da instituição.

## Concepção

.....

Não houve problemas graves com o fluxo financeiro no período de 2000 a 2001, que permaneceu constante e periódico ao longo dos exercícios. A partir do exercício de 2002, a Advocacia Geral da União foi incluída no contingenciamento orçamentário e financeiro, o que tem ocasionado uma certa demanda reprimida, dependente de liberação de recursos, bem como de ampliação de limites orçamentários e financeiro.

## Implementação

A capacitação de servidores da AGU, em 2002, ficou prejudicada com a edição do Decreto nº 4.231, que limitou os recursos a 86% da execução de 2001. A revogação do decreto só se deu com a edição do Decreto nº 4.415, de outubro de 2002.

Apesar de a sociedade não participar diretamente da implementação das ações do Programa, os resultados são efetivamente aplicados em prol desta mesma sociedade por meio da disponibilização de recursos para outros diversos programas de governo, uma vez que o sucesso no ganho das ações por parte da União retorna diretamente ao Tesouro Nacional.

## Gestão da Política de Comunicação de Governo

Compete à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República assistir direta e indiretamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente no assessoramento sobre questões estratégicas, inclusive políticas públicas, na sua área de competência, na análise e avaliação estratégicas, na formulação da concepção estratégica nacional, na articulação de centros de produção de conhecimento, pesquisa e análise estratégica, na promoção de estudos e elaboração de cenários exploratórios, na elaboração, coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, bem como nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implantação de programas informativos, cabendo-lhe a coordenação, normatização, supervisão e controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedade sob controle da União, e convocar redes obrigatórias de rádio e televisão. A Secom, por meio do Programa **Gestão da Política de Comunicação de Governo**, vem executando as suas ações para cumprir o objetivo de divulgar as políticas públicas e os programas do Governo.

### Resultados

O Programa **Gestão de Políticas de Comunicação de Governo**, como todos os outros programas do tipo "Gestão de Políticas de Governo", não possui indicador.

No período 2000-2002, o Programa utilizou R\$ 329.123.849 de recursos do Tesouro para a divulgação das políticas públicas e dos programas do Governo.

Os resultados alcançados no exercício 2002 ficaram dentro do esperado e foram alcançados por meio da veiculação de campanhas de utilidade pública de grande alcance junto à sociedade, da reformulação da estrutura orçamentária para comunicação e do registro de maior interação entre os assessores de comunicação e a Secom.

Inúmeras foram as campanhas realizadas, dentre as mais relevantes estão:

- vacinação infantil, do idoso e contra o tétano neonatal;
- combate à dengue e à Aids;
- prevenção do câncer de colo do útero, do diabetes e da hipertensão;
- divulgação do Dia da Família na Escola;
- distribuição do Livro Didático;
- divulgação do Programa Bolsa-Escola;
- flexibilização da CLT;
- comissões de Conciliação Prévia;
- lei de Responsabilidade Fiscal;
- valorização do produto brasileiro, no Brasil e no exterior; e
- prevenção contra o fogo em matas e sob linhas de alta tensão.

Gerente:

Alberto Roseiro Cavalcanti

Para dar maior transparência e efetividade à execução dos recursos com publicidade, a estrutura orçamentária aprovada para 2003 abre na execução as ações definidas como: Publicidade Institucional e Publicidade de Utilidade Pública.

No Plano de Contas, a abertura foi mais abrangente. Além das duas acima citadas, foram criadas as seguintes subcontas: Publicidade Legal, Mercadológica e Patrocínio. Vale dizer que abertura similar foi feita também nas estatais.

Com vistas a dinamizar e otimizar os recursos com publicidade, ocorreram descentralizações de recursos interministeriais, porém sempre respeitando as legislações pertinentes.

Com a alteração da estrutura orçamentária para 2003 (dois tipos de publicidade), e com alocação dos recursos de Publicidade Institucional na Secom/PR, espera-se uma otimização dos recursos, bem como maior padronização na publicidade do governo e maior transparência dos gastos.

.....  
O Programa foi criado com o objetivo de divulgar as políticas públicas e os programas do Governo. **Concepção**

Foi identificada a necessidade da criação de duas novas ações Publicidade Institucional e Publicidade de Utilidade Pública, visando dar maior transparência à aplicação dos recursos. As ações foram inseridas na LOA 2003.

Quanto à estratégia de implementação, embora a instituição do Coordenador de Ação em 2002 tenha contribuído para melhoria da avaliação, ainda deixa a desejar, uma vez que existe total desinteresse das áreas afins em alimentar de informações o sistema SIGPlan.

Os mecanismos de supervisão, articulação e coordenação devem ser melhorados. É patente a dificuldade de gerenciamento de programas multissetoriais. Faz-se necessário o aperfeiçoamento dos mecanismos existentes no SIGPlan.

.....  
O montante disponível de Lei + Crédito (R\$ 177,9 milhões) foi mais que suficiente para a execução das ações realizadas de comunicação institucional quando se leva em conta que houve restrições impostas pela Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97) limitando os gastos dessa natureza. O valor do empenho liquidado (R\$ 122,2 milhões) foi liberado a contento. **Implementação**

Persistiu, ao longo do ano, o desinteresse das áreas afins em alimentar de informações o sistema SIGPlan, o que não ocorrerá em 2003, uma vez que o Programa deixou de ser multissetorial.

Quanto à capacitação, os cursos oferecidos pela ENAP para a equipe gerencial foram adequados, necessitando, no entanto, de maior troca de experiência entre os gerentes/assessores dos programas multissetoriais.

No que diz respeito ao desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas, a própria natureza do Programa dificulta a adoção de parcerias, especialmente no que diz respeito à Publicidade Institucional.

Para o exercício de 2003, foi assinado um acordo entre o Governo Federal e o mercado publicitário no qual haverá aplicação de preços menores do que os praticados no mercado para Publicidade de Utilidade Pública.

## Inteligência Nacional

A Agência Brasileira de Inteligência tem a seu cargo planejar, executar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas as respectivas políticas e diretrizes superiormente traçadas, e prestar assessoramento sistemático ao Presidente da República, no que diz respeito a informações preventivamente voltadas para a segurança do Estado, da sociedade e da ordem constitucional. As ações de inteligência têm sido executadas pelo Programa **Inteligência Nacional**, que tem como objetivo "desenvolver atividades de inteligência de interesse do Estado e da sociedade".

**Resultados** A Agência Brasileira de Inteligência produziu, no período de 2000 a 2002, com recursos alocados às atividades Ações de Inteligência e Ações de Caráter Sigiloso, relatórios de inteligência estratégicos, de interesse da Presidência da República, envolvendo assuntos internos e externos, abrangendo temas nacionais. Intensificou a aplicação do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível e viabilizou a implementação de projetos de estudos e pesquisas de interesse da área de Inteligência, particularmente os voltados para a segurança das comunicações.

Foram desenvolvidas três pesquisas na ação Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações e foram realizados três estudos para manutenção da ordem institucional.

A ação Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, que tem como órgão responsável pela execução a Secretaria Nacional de Segurança Pública, conseguiu ter, no exercício de 2002, 29% da execução física.

A avaliação dos impactos do Programa, positivos ou negativos, depende fundamentalmente da implementação e consolidação do Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin, que atuará dentro dos objetivos e diretrizes fixados pela Política Nacional de Inteligência, ora em apreciação pelo Congresso Nacional.

Nesse interregno, a ABIN continuará produzindo conhecimentos de Inteligência de interesse do processo decisório governamental e atuando na realização de estudos e pesquisas em prol das atividades de inteligência, de segurança da sociedade, da defesa das instituições e dos interesses nacionais.

**Concepção** O Programa **Inteligência Nacional** desenvolve atividades objetivando, primordialmente, a obtenção de dados e informações acuradas que permitam o acompanhamento da dinâmica dos fatores de influência nas questões de interesse nacional e das tendências de ação de atores externos, estatais e não-estatais. Essas atividades possibilitam antecipar situações potencialmente danosas ou favoráveis ao País e concorrem para a garantia das instituições nacionais. O Programa também tem por objetivo produzir avaliações sobre situações e fatos, conjunturais ou estratégicos, relacionados com o desenvolvimento econômico e científico-tecnológico, a segurança nacional e do continente, os pactos regionais de integração e fatores políticos e sociais de países relevantes para a política nacional. A abordagem dos temas enfatiza possíveis desdobramentos em termos de circunstâncias que prejudiquem ou favoreçam intenções e projetos brasileiros.

Gerente:

Francisco Xavier Balieiro Júnior

Na esfera da segurança, contribui para o diagnóstico das vulnerabilidades do País em áreas sensíveis e para a detecção e o acompanhamento de ações de espionagem sobre alvos nacionais.

Em questões que envolvem interesses comuns do Brasil e de outras nações - como o terrorismo internacional, a proliferação de armas de destruição em massa e o crime organizado -, vale-se da troca de conhecimentos e de experiências para obter subsídios em benefício das organizações nacionais responsáveis pelas ações de prevenção e combate a esses ilícitos.

A consolidação do Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin contribuirá para o aperfeiçoamento das ações do Programa **Inteligência Nacional**. O sistema prevê compartilhamento de informações, sob a forma de parceria, sendo atualmente constituído pelos seguintes órgãos: Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração Nacional. No futuro, mediante ajustes específicos e convênios, as unidades da Federação poderão aderir.

O Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin, embora previsto na lei de criação da ABIN, só recentemente foi regulamentado. A consolidação do sistema permitirá o estabelecimento de parcerias vantajosas com programas executados por outros órgãos de governo e certamente reverterão em benefício do Programa **Inteligência Nacional**.

---

## ..... Implementação

O padrão de execução financeira do Programa no período 2000-2002, confrontado com o originalmente previsto na Lei 9.989, de julho de 2000, evidencia um acréscimo de recursos de R\$ 4.108.269,00, ou seja, aproximadamente 9% além da previsão inicial. O melhor desempenho deverá ocorrer na ação Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações, com uma variação positiva de aproximadamente 50%, ou seja, de R\$ 3.272.300,00 para R\$ 4.984.121,00, permitindo ampliar a produção de equipamentos e os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de soluções próprias para a segurança das comunicações de voz e de dados para a ABIN e demais integrantes do Sisbin, do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - Sisp e de outras estruturas dos Estado.

A proposta orçamentária de 2003, embora preveja incremento em relação à Lei Orçamentária de 2002, deverá ser reforçada para fazer frente às demandas do Sisbin, decorrentes de novas ações gerenciais e da necessidade de capacitação de pessoas dos órgãos que farão parte do citado Sistema. Além disso, o quadro sócio-político-econômico dos países vizinhos, a crise da segurança pública nos estados da Federação, causada em grande parte pela atuação do crime organizado e do narcotráfico e a necessidade de manter representações acreditadas junto a serviços congêneres aliados para a troca de informações e experiências, exigem o incremento das ações de inteligência, com reflexos na execução orçamentária e financeira da ABIN.

A equipe para a implementação do Programa **Inteligência Nacional** deve ser capacitada, dada a complexidade das questões geradas pelas mudanças em curso no País e no mundo e a necessidade de realização de estudos prospectivos para orientar a intervenção do Estado no sentido de preparar a sociedade para enfrentar desafios futuros gerados pelo acelerado progresso técnico-científico. A Agência Brasileira de Informações - ABIN conta, em sua estrutura organizacional, com uma escola para formar e aperfeiçoar os servidores de seu quadro e de outras organizações governamentais que atuam na área de inteligência, especialmente os integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência.

O trabalho desenvolvido por essa escola, no que concerne à capacitação de recursos humanos, interfere diretamente no desempenho das ações do Programa.

A execução do Programa **Inteligência Nacional** incluía, até 2002, a atividade Estudos para a Manutenção da Ordem Institucional e o projeto Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, de competência de outros órgãos e que não mais integrarão o Programa em 2003. O desempenho dos parceiros, no período de 2000-2002, ficou em parte prejudicado por questões de ordem orçamentária. A partir do próximo exercício, novas parcerias deverão ser estabelecidas, com a consolidação do Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin, em benefício do Programa.

A produção de conhecimentos estratégicos destina-se a subsidiar as decisões de governo, que repercutem na sociedade, em última análise, a beneficiária do Programa. Sua eficácia haverá de ser aferida nas avaliações do próprio Governo. O Planejamento Estratégico da ABIN/GSI/PR, em fase de conclusão, deverá balizar, a partir de 2003, a execução do Programa **Inteligência Nacional**. Todas as atividades serão desenvolvidas por meio de projetos, com objetivos e metas preestabelecidas, de sorte que se disponha de condições para avaliar a eficiência e a eficácia das ações empreendidas e os custos envolvidos.

## Nacional Antidrogas

O Conselho Nacional Antidrogas tem por finalidade aprovar a Política Nacional Antidrogas; exercer orientação normativa, inclusive referente aos compromissos internacionais do Brasil, sobre as atividades de repressão do uso indevido, do tráfico ilícito e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica, e de prevenção do uso indevido desses mesmos produtos, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes; acompanhar e avaliar a gestão dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas - Funad; acompanhar e avaliar o desempenho dos planos e programas da Política Nacional Antidrogas e integrar ao Sistema Nacional Antidrogas os órgãos congêneres dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. As ações antidrogas vêm sendo executadas no Programa **Nacional Antidrogas**, que tem como objetivo "prevenir o uso indevido de substâncias que causem dependência física ou psíquica e promover o tratamento, a recuperação e a reinserção social de indivíduos com transtornos decorrentes do uso dessas drogas".

Quando da implementação do Programa **Nacional Antidrogas**, foi estabelecido como seu indicador de resultados a Taxa de Dependentes do Uso de Entorpecentes. Na ocasião, foi indicado como índice inicial, baseado em pesquisa realizada em 1998, uma taxa de 10% da população brasileira, e a meta a ser atingida ao final do PPA foi estabelecida em 8% da população brasileira, dependentes do uso de entorpecentes.

### Resultados

Considerando-se os dados da pesquisa realizada em âmbito nacional pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas Departamento de Psicobiologia - Cebrid da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp e levando-se em conta o indicador único inicialmente proposto para o Programa **Nacional Antidrogas**, verificou-se a necessidade de um reestudo da forma de avaliar o Programa, pois constatou-se a impossibilidade de mensuração do problema e da sua evolução por meio de um percentual único de usuários ou dependentes do uso de drogas.

As ações do Programa **Nacional Antidrogas** foram concebidas a partir das diretrizes da Política Nacional Antidrogas e tiveram como objetivo predominante informar a população e mobilizá-la para a redução da demanda de drogas.

Nesse sentido, foram realizadas ações de:

- apoio a Conselhos Municipais Antidrogas;
- pesquisa e desenvolvimento nas áreas de prevenção, epidemiologia e tratamento de usuários de drogas;
- tratamento e reinserção social de dependentes químicos;
- campanhas de prevenção ao uso indevido de drogas; e
- capacitação de agentes multiplicadores na área de ações antidrogas.

Além das ações voltadas à prevenção do usuário de drogas, também foram realizadas ações de apoio ao controle de produção, transporte e comercialização de precursores químicos e ações de regularização do contencioso de bens apreendidos de narcotraficantes, com vistas à capitalização do Fundo Nacional Antidrogas.

Gerente:

Ten Cel Int Aer Antônio Faust Luciano

No período de 1998 a 2002, o Governo adotou postura clara no sentido da redução da demanda e da oferta de drogas no Brasil, adotando uma série de medidas que alteraram a tradicional abordagem com a qual o País vinha conduzindo o assunto.

A Medida Provisória nº 1.669 de junho de 1998, promoveu a reestruturação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão - que passou a se denominar Sistema Nacional Antidrogas - e transformou o Conselho Federal de Entorpecentes, vinculado ao Ministério da Justiça, em Conselho Nacional Antidrogas, presidido pela Casa Militar da Presidência da República. Ao transferir para a Presidência a coordenação do Sistema, o Governo deu provas inequívocas da prioridade do tema dentro de sua agenda política.

Além disso, nesse mesmo instrumento legal, foi instituída a Secretaria Nacional Antidrogas para exercer a função de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional Antidrogas, objetivando conferir maior organização e efetividade à ação antidrogas.

As transformações revitalizaram a estrutura do Sistema Nacional Antidrogas, possibilitando a melhor atuação na prevenção do uso indevido de drogas e no tratamento, na recuperação e na reinserção social de dependentes químicos, assim como na repressão do uso indevido, na repressão ao tráfico ilícito, à produção não autorizada de drogas e ao combate à lavagem de dinheiro.

Visando estabelecer as linhas mestras para a elaboração de uma Política Nacional Antidrogas que pudesse nortear a ação integrada do Sistema, a Secretaria Nacional Antidrogas - Senad, no cumprimento de suas atribuições, realizou o I Fórum Nacional Antidrogas (27 e 28 de novembro de 2000), promovendo amplo debate com a sociedade brasileira e sua comunidade científica.

Em dezembro de 2000, nova regulamentação do Sistema Nacional Antidrogas - Sisnad concedeu ênfase especial à prevenção do uso indevido de drogas e ao tratamento de dependentes químicos, designando a Secretaria Nacional Antidrogas - Senad como órgão executivo das atividades de redução da demanda de drogas no País.

A partir de então, a Secretaria Nacional Antidrogas, na qualidade de coordenadora das ações nacionais de redução da demanda, empreendeu diversos programas, projetos e atividades visando mobilizar os agentes dos setores público e privado e a sociedade civil para a implementação conjunta e coordenada de ações antidrogas de prevenção e tratamento.

Como primeira e importante realização, a Secretaria Nacional Antidrogas coordenou o trabalho de uma comissão técnica, constituída por membros da comunidade científica, do setor público e da sociedade civil que, com base nas propostas oriundas do I Fórum Nacional Antidrogas, apresentou sugestões para o texto da Política Nacional Antidrogas. Ao final, consolidando as contribuições recebidas com as propostas do Ministério da Justiça, relacionadas à redução da oferta de drogas, elaborou minuta final do documento, que foi sancionada pelo Presidente da República em 11 de dezembro de 2000.

O lançamento da Política representou um importante marco para o Sistema Nacional Antidrogas - Sisnad, oficializando a determinação governamental de conduzir o País para uma realidade livre da ameaça das drogas. A observância do processo participativo garantiu legitimidade à Política Nacional Antidrogas, visto que os cidadãos brasileiros tiveram a oportunidade de participar, na qualidade de parceiros, da definição de seu conteúdo, materializando o princípio da "responsabilidade compartilhada".

A Política Nacional Antidrogas - PNAD estabeleceu os fundamentos, os objetivos, as diretrizes e as estratégias para a ação antidrogas - definições indispensáveis para que os esforços de redução da demanda e da oferta de drogas pudessem ser conduzidos de forma planejada e articulada, viabilizando a sinergia entre os diversos agentes nacionais. Do seu conteúdo, merecem ser destacados alguns fundamentos, pela importância e rebatimento na atuação das estruturas do Sistema Nacional Antidrogas - Sisnad.

Em primeiro lugar, a Política considerou como princípio básico o compartilhamento de responsabilidades entre Governo, setor produtivo e sociedade civil, no pressuposto de que o êxito no combate às drogas depende da conscientização das forças nacionais para a gravidade do problema e sua mobilização para a atuação conjunta.

Outro ponto a ressaltar é a opção da Política pela vertente da municipalização, como estratégia adequada para garantir a necessária capilaridade do Sisnad dentro do território nacional. A municipalização permite que a mensagem antidrogas possa chegar até o cidadão, exortando-o a participar, direta e objetivamente, da preparação de suas comunidades e/ou municípios para o exercício da opção individual e coletiva de dizer "não" às drogas.

Em sua Política Nacional Antidrogas - PNAD, o Brasil assumiu postura inovadora ao adotar a prevenção primária como orientação fundamental para o combate às drogas no País, considerando-a como única forma de atingir o mal pela raiz. Essa abordagem valoriza a importância do investimento na educação do cidadão brasileiro, especialmente o jovem, para a busca de uma vida saudável, longe da difícil realidade gerada pelo uso de drogas.

Além disso, a Política Nacional Antidrogas reconhece a diferença entre o usuário ou dependente e o traficante de drogas, admitindo que a dependência, antes de se configurar crime, deve ser considerada uma doença, precisando receber tratamento adequado.

No período de 11 a 13 de dezembro de 2001, a Senad promoveu, em Brasília-DF, o II Fórum Nacional Antidrogas. O evento teve como objetivos divulgar a Política Nacional Antidrogas à sociedade brasileira e promover o debate sobre as melhores formas para a sua implementação.

Das discussões entre os representantes dos setores público, privado e da sociedade resultou a elaboração de uma série de recomendações, muitas delas incorporadas ao planejamento estratégico da Secretaria para o período de 2002 a 2006.

Importante realização da Senad, no ano de 2002, foi a articulação com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - Cebrid que resultou na realização do I Levantamento Nacional Domiciliar sobre Drogas Psicotrópicas, aplicado no período de janeiro a julho de 2002. O levantamento disponibilizou, pela primeira vez no Brasil, dados nacionais atualizados sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas no País.

Merece destaque o lançamento oficial, em junho de 2002, do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, fruto de um processo de integração de políticas públicas entre a Senad, o Ministério da Saúde, que financiou o projeto, e a Universidade Federal de Santa Catarina, que o executou.

O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID se constitui no sistema de informações do Sisnad, responsável por centralizar todas as informações sobre drogas no País. Gerido pela Secretaria Nacional Antidrogas, o OBID cumpre o importante papel de rede de dados epidemiológicos sobre drogas, acessível a toda a sociedade brasileira e à comunidade internacional, permitindo o intercâmbio com instituições e organizações multinacionais similares. É uma ferramenta indispensável para o acompanhamento e avaliação da implementação da Política Nacional Antidrogas, permitindo a interação ágil e segura entre as estruturas do Sisnad.

Na área de regularização do contencioso e gestão do Fundo Nacional Antidrogas, foram levadas a efeito várias ações que apresentaram os seguintes resultados:

- doação, cessão ou indicação para custódia de 460 veículos e 12 aeronaves a entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos e órgãos da Administração Pública, para uso nas atividades antidrogas;
- realização de 84 leilões para venda de bens apreendidos de narcotraficantes; e
- realização de receitas para o Fundo Nacional Antidrogas, num total de R\$ 31.262.098,99

Das ações de fiscalização e do controle de produtos químicos, realizadas pelo Departamento de Polícia Federal, com apoio da Senad, em cumprimento às Leis 10.357/2001 e 9.017/95 (esta última já revogada), podemos apresentar os seguintes dados:

Empresas Fiscalizadas	Multas Arrecadadas
Ano de 2000	R\$ 153.216,00
Ano de 2001	R\$ 266.532,00
Ano de 2002	R\$ 145.661,00

Finalmente, a Secretaria Nacional Antidrogas, em colaboração com os órgãos congêneres da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, iniciou, em junho de 2002, projeto-piloto de cooperação internacional de redução da demanda de drogas envolvendo pares de municípios fronteiriços.

O principal objetivo deste projeto é a mobilização e integração da sociedade nesses pares de municípios, conscientizando-os de sua força para educar, informar e capacitar seus cidadãos para a ação eficaz da redução da demanda de drogas, fortalecendo a todos para o enfrentamento dos problemas relacionados com a questão das drogas. Tal projeto, aprovado por unanimidade em sessão plenária da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas - Cicad, da Organização dos Estados Americanos, patrocinado por aquele órgão, certamente irá contribuir para conferir maior visibilidade internacional ao Brasil.

A avaliação dos resultados do Programa, com base no seu indicador, ficou prejudicada pelo fato de não se ter, quando da definição das metas, a exata realidade do uso de drogas e outros aspectos dessa questão. Uma pesquisa levada a efeito em 2001/2002 apresentou índices bem diferentes dos estabelecidos para o indicador do Programa.

Em função da inexistência de um indicador eficaz para medir os resultados do Programa ficou prejudicada a avaliação dos impactos produzidos sobre o público-alvo.

## Concepção

Com a finalidade de se conhecer o panorama do uso de drogas no Brasil, foi encomendada uma pesquisa nacional com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - Cebrid, Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

A pesquisa se constituiu no I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 Maiores Cidades do País, que teve início em 2001 e foi concluída em 2002.

O objetivo principal da pesquisa domiciliar de caráter nacional sobre o consumo de drogas foi estimar, pela primeira vez no País, a ocorrência do uso de álcool, tabaco, outras drogas, além do uso não médico de medicamentos psicotrópicos e de esteróides anabolizantes. Este estudo foi feito em 107 cidades brasileiras, nas quais a população é superior aos 200.000 habitantes, segundo dados do IBGE de 1996 (os dados disponíveis no momento da elaboração da amostragem).

Outros objetivos

- percepção da população sobre:
- facilidades em se conseguir drogas;
- tráfico de drogas;
- pessoas sob efeito de álcool/drogas;
- riscos graves de se usar certas drogas;
- verificar quantas pessoas se submeteram a tratamentos pelo uso de álcool/drogas; e
- complicações decorrentes do abuso de álcool/drogas.

### Finalidades do estudo

Disponibilizar dados para se conhecer a realidade do uso de drogas e outros aspectos dessa questão, para a implantação de programas preventivos adequados à nossa realidade.

Do levantamento efetuado, chegou-se aos seguintes resultados:

% de uso (9 drogas mais usadas) - uso na vida		
ÁLCOOL 68,7	SOLVENTES 5,8	COCAÍNA 2,3
TABACO 41,1	OREXÍGENOS 4,3	XAROPES (codeína) 2,0
MACONHA 6,9	BENZODIAZEPÍNICOS 3,3	ESTIMULANTES 1,5

Dependência (% de dependentes)

ÁLCOOL 11,2	TABACO 9,0	MACONHA 1,0
-------------	------------	-------------

Constatou-se ainda que:

- 19,4% da população pesquisada já fez uso de drogas, exceto tabaco e álcool, correspondendo a uma população de 9.109.000 pessoas.
- A estimativa de dependentes de álcool foi de 11,2% e de tabaco 9,0%, o que corresponde a populações de 5.283.000 e 4.214.000 pessoas, respectivamente.
- O uso de maconha aparece em primeiro lugar entre as drogas ilícitas, com 6,9% dos entrevistados.

- A segunda droga com maior uso (exceto tabaco e álcool) foram os solventes (5,8%).
- Surpreendeu o uso de orexígenos (medicamentos utilizados para estimular o apetite), com 4,3%. Vale lembrar que não há controle para a venda desse tipo de medicamento.
- Entre os medicamentos usados sem receita médica, os benzodiazepínicos (ansiolíticos) atingiram o percentual de 3,3%.
- O uso de heroína, no Brasil, foi de 0,1%.

A região Sul apresentou as mais altas porcentagens de dependentes de tabaco (12,8%) e de maconha (1,6%). O uso de maconha (8,4%) e cocaína (3,6%) foram as mais altas porcentagens registradas, quando se comparam as cinco regiões brasileiras.

Curiosamente, não houve relatos de uso de heroína na região Sudeste e a estimativa de dependentes de tabaco foi a mais baixa do País (8,4%).

Na região Centro-Oeste, o uso de opiáceos foi o maior e expressivo, sendo que 4,2% das pessoas residentes naquelas cidades com mais de 200 mil habitantes fizeram uso dessas substâncias com fins de abuso. Exemplos desses opiáceos citados são os analgésicos opiáceos: Dolantina, Demerol, Algafan, Tylex e morfina.

O Nordeste foi a região que apresentou maior índice de uso de alguma droga (exceto tabaco e álcool), atingindo 1/3 daquela população. Foi também onde apareceram os maiores índices de uso de orexígenos (11,2%) e solventes (9,7%).

Na região Norte, o uso de merla foi o maior registrado com 1,0% de usuários e a estimativa de dependentes de álcool foi uma das maiores do Brasil (16,3%). No Norte, juntamente com a região Nordeste, o uso de heroína foi o mais alto observado, com 0,2%, embora a precisão dessa prevalência seja baixa.

Os resultados mostram que as drogas lícitas são, de longe, as que mostram as maiores porcentagens, tanto de uso quanto para a questão da dependência. Quando os nossos resultados são comparados aos de outros países, o Brasil está abaixo dos demais.

O Brasil, por possuir dimensões continentais, apresenta diferentes características regionais. Este fato mostra que as campanhas preventivas devem respeitar particularidades, quando se pretende realizar uma prevenção mais eficaz.

O uso indevido de drogas interfere em praticamente todos os parâmetros associados à violência, intensificando sua expressão. É senso comum que o uso indevido de drogas, lícitas ou ilícitas, não atinge apenas o indivíduo usuário, mas também sua família, o bairro onde reside, sua cidade, tendo como resultado potencializado o prejuízo à nação.

Conforme as informações apresentadas acima, mostra-se de fundamental importância a participação da Senad em programas sociais de prevenção à violência, com ações que sejam desenvolvidas para prevenir o uso indevido de drogas e, ao mesmo tempo, buscar a recuperação e reintegração à sociedade dos indivíduos que já apresentam quadros de abuso ou dependência.

Todos os produtos desenvolvidos ou não com recursos orçamentários são obtidos com a implementação das ações previstas, quais sejam:

- Apoio à Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos;
- Capacitação de Agentes Multiplicadores na Área de Ações Antidrogas;
- Campanha de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas;
- Regularização do Contencioso de Bens e Valores na Área de Combate às Drogas;
- Tratamento e Reinserção Social de Dependentes Químicos;
- Apoio a Centros de Referência Antidrogas;
- Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas de Prevenção, Epidemiologia do Uso de Drogas e Tratamento de Usuários de Drogas; e
- Apoio a Conselhos Municipais Antidrogas.

Quanto aos aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos resultados, a Senad adotou as seguintes linhas de ação:

- dar continuidade e agilizar o processo de municipalização, por meio da criação dos Conselhos Municipais Antidrogas - Comad;
- desenvolver ações de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à população;
- estimular a implementação de atividades dirigidas à redução da demanda de drogas e substâncias que causem dependência física e/ou psíquica;
- incentivar e apoiar a capacitação de multiplicadores de ações de prevenção;
- articular a integração das ações dirigidas ou voltadas para a redução da demanda de drogas que causem dependência física e/ou psíquica;
- incentivar a capacitação de profissionais de saúde para a assistência (tratamento, recuperação e reinserção social) a indivíduos com transtornos decorrentes do uso de drogas que causem dependência física e/ou psíquica;
- desenvolver rede operativa de instituições assistenciais a indivíduos com transtornos decorrentes do uso indevido de drogas que causem dependência física ou psíquica;
- otimizar a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas;
- dar continuidade ao desenvolvimento do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;
- firmar parcerias com organismos nacionais e internacionais para o desenvolvimento de ações antidrogas;
- estabelecer atividades de redução da demanda de drogas consoante com outros países e organismos internacionais; e
- adequar a infra-estrutura da Senad.

## Implementação

Confrontando o PPA 2000-2003 previsto inicialmente, no que se refere à execução financeira, incluindo-se a previsão para 2003, constatamos uma evolução de R\$ 29.272.902,00 previsto inicialmente para um total de R\$ 35.317.274,00 ao final do PPA, em 2003.

Embora se perceba que houve um acréscimo nas disponibilidades de recursos com relação ao inicialmente previsto no PPA, convém ressaltar que esse acréscimo ocorreu para as ações relativas à fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos.

Os resultados relevantes obtidos nas áreas de prevenção, pesquisa, tratamento e estruturação da Senad e do Sisnad foram obtidos graças a uma política de trabalho em parceria com outros ministérios e instituições públicas e privadas, que, sob orientação da Senad, se dispuseram a financiar vários projetos de grande interesse para a causa antidrogas.

Uma iniciativa de relevância, adotada pela Senad, foi a implementação do Programa de Parcerias Estratégicas, com o objetivo de garantir o apoio de organizações privadas e não-governamentais ao fortalecimento do Sistema Nacional Antidrogas, em seus três níveis - federal, estadual e municipal, contribuindo para a municipalização das ações de prevenção contra as drogas no Brasil. Em abril de 2002, foi assinado protocolo de intenções coletivo entre a Senad e a Associação Brasileira de Municípios; a Federação Espírita Brasileira; a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; a Maçonaria; o Rotary Internacional; a Associação Internacional Lions Clubes; a Confederação Nacional da Indústria; a Confederação Nacional do Comércio; a Confederação Nacional do Transporte; a Confederação das Associações Comerciais do Brasil; o Serviço Social da Indústria; o Serviço Social do Comércio; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - todas elas instituições de abrangência nacional e com estruturas nos estados e municípios. De imediato, o efeito multiplicador se processou e novos protocolos coletivos no nível dos conselhos estaduais e municipais antidrogas foram assinados, aumentando significativamente o ritmo e a abrangência da mobilização em prol da redução da demanda de drogas.

A Secretaria Nacional Antidrogas criou, também, mecanismos de articulação e integração com os conselhos estaduais antidrogas/entorpecentes, visando garantir a atuação conjunta com a Senad e a sinergia nas suas atuações. O primeiro desses mecanismos foi a instituição da sistemática de realização de encontros quadrimestrais com os presidentes e representantes desses conselhos, com vistas à promoção do debate, à atualização das orientações estratégicas do Sisnad, à troca de experiências e ao planejamento da ação antidrogas em todo o território nacional. No período de junho de 2001 a julho de 2002, foram realizados três encontros nacionais. O outro mecanismo, instituído de forma complementar, foi a implantação de uma rede integrada, no ambiente *Web*, objetivando garantir a comunicação *on-line*, ágil e segura entre a Senad e os conselhos. Por meio dessa rede, a Senad repassa e recebe informações diárias, semanais e mensais sobre o desempenho dos conselhos e o impacto de sua atuação no seu respectivo estado.

No campo da formação de multiplicadores em prevenção do uso indevido de drogas e no tratamento de dependentes químicos, a Senad desenvolveu dois cursos a distância, implementados no ano de 2002. O Curso de Formação de Multiplicadores de Informações Preventivas Sobre Drogas, conduzido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, disponibilizou 3 mil

vagas para representantes da sociedade brasileira e objetivou informar e capacitar o cidadão para a melhor compreensão das questões envolvidas no uso indevido de drogas. Ainda neste ano de 2002, o curso será relançado, atendendo a mais de 3 mil bolsistas. O Curso de Aspectos Básicos do Tratamento das Dependências Químicas, conduzido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas - GREA, do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, contemplou 750 vagas e objetivou capacitar profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde, comunidades terapêuticas, centros terapêuticos e de tratamento.

Ambos os cursos foram desenvolvidos com base em moderna tecnologia de ensino a distância, utilizando a internet como veículo e disponibilizando *call center* para atendimento ao aluno. O uso desses recursos possibilitaram atingir uma gama variada de pessoas, distribuídas pelo território nacional, garantindo capilaridade à mensagem antidrogas.

Encontra-se em fase de implantação, pela Senad, um Curso a distância de Homogeneização de Conhecimento dos Conselhos Estaduais Antidrogas/Entorpecentes, conduzido pela Universidade Federal de Santa Catarina. O curso objetiva capacitar 1.500 conselheiros estaduais e municipais antidrogas, preparando-os para a sua missão de estimular, orientar, capacitar, acompanhar e avaliar a ação antidrogas nos estados e municípios sob sua jurisdição, viabilizando o Sistema Nacional Antidrogas.

No campo do tratamento de dependentes químicos, merece ser ressaltada a articulação realizada com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, visando desenvolver normas mínimas de funcionamento de instituições que atuam na referida área. As discussões com a Anvisa iniciaram-se em 1998 e culminaram com a publicação da Resolução RDC nº 101, de 30 de maio de 2001, por meio da qual instituiu-se a obrigatoriedade de que os serviços responsáveis pelo atendimento a dependentes de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas) passem a obedecer critérios mínimos para funcionar.

Também os Centros de Excelência foram objeto de estudo com vistas ao estabelecimento de novos critérios para sua classificação, considerando os aspectos relativos à estrutura, nível de desempenho, área de atuação, dentre outros. Para isso, a Senad realizou consulta pública, em nível nacional, cujas sugestões foram aproveitadas por comissão de profissionais nomeada para a proposta final quanto aos novos critérios, os quais foram aprovados pelo Conselho Nacional Antidrogas em sua reunião ordinária de junho de 2002.

Por meio do mecanismo de subvenções sociais, a Secretaria Nacional Antidrogas prestou apoio financeiro a projetos de pesquisa, prevenção e tratamento, desenvolvidos por organizações privadas ou da sociedade civil, favorecendo, no período de 2000 a 2002, 94 instituições, no valor total de R\$ 5.560.554,20, oriundos do Fundo Nacional Antidrogas - Funad.

Com vistas ao esclarecimento da população sobre as características das substâncias químicas e os efeitos perniciosos de seu uso indevido, a Senad, com a colaboração de renomados brasileiros especialistas, elaborou e publicou uma série de materiais técnicos, de primeira qualidade, disponibilizando-os à sociedade brasileira.

Ainda no campo da informação, a Senad desenvolve, desde outubro de 1999, Serviço de Atendimento ao Cidadão, utilizando uma central telefônica (Serviço 0800 614321) que permite à população brasileira, por meio de ligação gratuita, receber informações sobre drogas e sobre o Sistema Nacional Antidrogas.

Atuaram também, como parceiros importantes, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas - Cícad e a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, estes financiando ações de interesse para a redução da demanda de drogas.

Nas iniciativas levadas a efeito em parceria foram encontradas dificuldades na execução financeira, tendo em vista a rigidez das regras orçamentárias que não permitem a imediata incorporação e execução de recursos disponibilizados por parceiros. Por este motivo, alguns recursos deixaram de ser aproveitados.

O estabelecimento de um mecanismo permanente de participação da sociedade no programa de redução da demanda de drogas no País é representado pelo Sistema Nacional Antidrogas - Sisnad, que tem na sua base os conselhos municipais antidrogas, que visam garantir a capilaridade dentro do território nacional.

## Proteção da Amazônia

O Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para o planejamento e a coordenação das ações globais de Governo na Amazônia, visando possibilitar o desenvolvimento sustentável da região.

O Sipam apresenta características únicas de complexidade e abrangência, sendo responsável pela aquisição de dados e monitoramento de 60% do território nacional.

Além de ser considerado o maior projeto de proteção ambiental do mundo, apresenta também enorme importância estratégica para o País, principalmente no momento atual, devido às pressões provocadas por problemas nos países vizinhos da Amazônia brasileira.

Adicionalmente, a operacionalização do Sistema cria um novo paradigma para a administração pública, em que as organizações trabalharão com um conjunto compartilhado de informações, além de passar a agir de forma integrada.

As características de complexidade, abrangência e importância estratégica tornam vital a adoção de um processo contínuo de operacionalização do Sistema. Resultou daí a criação do Centro Gestor e Operacional do Sipam - Censipam pelo Decreto 4.200, de abril de 2002. O Censipam sucedeu a Secretaria Executiva do Sipam e tem autonomia para assinar acordos e convênios, capacitar recursos humanos para os centros operacionais, coordenar a produção dos manuais de operação, além de outras atribuições.

As ações de proteção da Amazônia vêm sendo executadas pelo Programa **Proteção da Amazônia**, que tem como objetivo contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente.

## Resultados

Os primeiros resultados do Programa estão sendo contabilizados a partir da inauguração do Complexo Manaus, ocorrida em julho de 2002. A inauguração mencionada teve como objetivo determinar o marco de início da operação do Sipam/Sivam. As principais ações apoiadas pelo Sipam/Sivam atualmente estão relacionadas ao controle do tráfego aéreo na região. As informações oriundas dos radares ativados e dos sensores orbitais de meteorologia têm contribuído para esta atividade. As demais atividades, relacionadas com a monitoração ambiental e de apoio à repressão contra ilícitos, estão sendo estruturadas para serem implementadas a partir de janeiro de 2003. No entanto, a destruição tempestiva de uma pista de pouso clandestina na Amazônia, em outubro deste ano, serviu de exemplo da potencialidade do Sistema.

As iniciativas abaixo irão contribuir para gerar novos resultados:

- Integração com os seguintes órgãos: Agência Nacional de Águas - ANA, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Comissão de Pesquisas e Recursos Minerais - CPRM, Comando da Aeronáutica - CAER, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Departamento de Polícia Federal - DPF, Exército Brasileiro -EB, Fundação Nacional do Índio - Funai, Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Nacional de

Gerente:

Whitney Lacerda de Freitas

Meteorologia - Inmet, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola - Embrapa, Petrobras, Instituto Nacional de Reforma Agrária - Incra e Marinha do Brasil - MB.

- Capacitação de Recursos Humanos em Geoprocessamento na Universidade Federal do Amazonas e na Universidade de Brasília.
- Co-Gestão do Sipam, envolvendo representantes dos órgãos parceiros, para estruturação e operação dos centros regionais.
- Criação de instrumentos legais para incentivo ao deslocamento de profissionais capacitados na análise temática, para os centros regionais.
- Estabelecimento de indicadores sócio econômicos e ambiental com o apoio do IPEA.

A estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores até o final do Plano é média. A ativação gradual do Sipam/Sivam indica que, no exercício de 2004, o Sistema atingirá a capacidade plena, ocasião em que será mais alta a estimativa de alcance dos índices previstos.

Considerando o modelo de co-gestão do Sipam/Sivam e as inúmeras dificuldades de implantação da infra-estrutura do Sivam, o processo de operacionalização do Sistema, que fornecerá os elementos constitutivos dos indicadores do Programa, precisam ser replanejados.

Em relação ao público-alvo, os impactos negativos são decorrentes do atraso na implantação do Sistema. Os impactos positivos tendem a aumentar com a operacionalização gradual do Sistema e o atendimento dos anseios da sociedade.

---

## Concepção

A necessidade da presença do Estado na Amazônia deu origem ao Programa. As causas foram o aumento de ilícitos e da agressão ao meio ambiente e da necessidade de controle do espaço aéreo. Os problemas citados persistem ainda hoje.

Pode-se citar, como aspecto do Programa que precisa de melhoria, a adequação dos indicadores. Esta necessidade é decorrente do fato de que os atuais indicadores não explicitam um resultado concreto em termos de benefício sócio econômico e ambiental. O percentual de detecção de ilícitos nacionais e transnacionais e o percentual de agressões ao meio ambiente não garantem que os órgãos que têm a atribuição de agir diante do problema detectado o farão. Assim sendo, os indicadores para o Sipam/Sivam devem ser elaborados em conjunto com os órgãos com o poder de polícia e ação. O Censipam/PR, gestor do Programa de **Proteção da Amazônia**, estabeleceu um convênio com o IPEA para revisão dos indicadores.

Além das ações existentes no PPA, podemos destacar as ações abaixo que impactam no resultado do Programa:

- elaboração de instrumentos legais para permitir a integração de órgãos ao Sistema;
- a capacitação de pessoal do Censipam para implementar e coordenar o Programa;
- a elaboração de instrumentos de divulgação do Sipam/Sivam;
- realização de estudos para o realinhamento estratégico do Sistema.

São dois os aspectos em que a estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada:

- Plano de ação com metas, prazos e responsáveis, em decorrência da reestruturação do Censipam para atender às competências ampliadas pelo Decreto 4.200.
- Plano de avaliação, conforme os resultados obtidos pelo estudo de novos indicadores produzido pelo IPEA.

O aspecto da articulação com os órgãos com atuação na região amazônica foi o que mais contribuiu para implementação do Sistema e dos primeiros resultados do Programa. A articulação está sendo implementada pela ampla divulgação do potencial do Sistema, de palestras, de estabelecimento de acordos, convênios, contratos e outras formas de parcerias.

A concepção do Programa evoluiu entre 2000 e 2001, onde as ações propostas foram consignadas. Em 2002, a concepção do Programa não se modificou atendendo ao objetivo maior de apoiar os projetos de integração ao Sistema articulados junto aos órgãos. Alguns ajustes serão necessários para o próximo PPA em função do estágio final de implantação da infra-estrutura do Sivam, do trabalho de revisão dos indicadores em conjunto com o IPEA e do início da segunda fase de implementação do Sipam, a partir da criação de um órgão autônomo e de suas três unidades descentralizadas: Manaus, Porto Velho e Belém.

.....  
O padrão de execução financeira do Programa foi muito bom. Os recursos foram alocados adequadamente. A execução sofreu atraso em função da transferência do Censipam, do Ministério da Defesa para Casa Civil/PR, em abril de 2002.

## Implementação

A reestruturação do Censipam demandou um esforço de capacitação redobrado, haja vista que o efetivo envolvido com a gestão do Programa foi reduzido em 50%. Este fato é justificado pela prioridade de alocação de recursos humanos nas unidades descentralizadas.

Quanto ao desempenho dos parceiros, neste exercício, foi inferior ao passado, devido ao atraso nas descentralizações de recursos, decorrentes da mudança de subordinação do Censipam. O aperfeiçoamento deste processo está sendo buscado por meio do desenvolvimento de um sistema, *on-line*, de gestão dos projetos e atividades executadas pelos parceiros.

O mecanismo permanente de participação da sociedade no Programa dá-se por meio do Portal do Sipam, onde a sociedade poderá se manifestar quanto aos resultados do Programa. No âmbito da implementação do Programa, a metodologia de co-gestão do Sistema tem propiciado a intensa participação dos órgãos parceiros do Sistema.